



CAMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2011.
(Do Sr. Rodrigo Maia)**

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wellington Moreira Franco, informações sobre a minuta de edital de concessão dos leilões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais.

Sr. Presidente,

Com fundamento no art. 50 do § 2º da Constituição Federal de 1988, e no inciso I do artigo 115 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Sr. Wellington Moreira Franco, o seguinte requerimento de informação relativo à minuta de edital de concessão dos leilões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais.

Sobre o assunto, causa estranheza o fato de o referido documento vetar a participação de acionistas e coligadas das concessionárias dos aeroportos privatizados de Guarulhos, Viracopos e Brasília na nova rodada de leilões dos aeroportos do Galeão e Confins, numa clara afronta ao princípio constitucional da livre concorrência.

Do exposto, solicito à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República informar o embasamento legal e técnico utilizado na imposição do aludido veto.

J U S T I F I C A T I V A

A abrangência do veto à participação de acionistas e coligadas das concessionárias dos aeroportos privatizados de Guarulhos, Viracopos e Brasília contido na minuta do edital de concessão dos leilões dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais, se constitui numa clara afronta ao princípio constitucional da livre concorrência.

Muito embora se reconheça o direito de o poder concedente estabelecer regras restritivas em tais certames, cumpre esclarecer que seu exercício não pode incorrer em atitudes arbitrárias que venham a obstar a livre concorrência.

Por conseguinte, considerando a função fiscalizadora desta Casa, o presente Requerimento de Informações tem por objetivo esclarecer as razões e o embasamento legal de que se valeu o poder concedente para impor as restrições contidas no aludido documento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado Rodrigo Maia

DEMOCRATAS/RJ